

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

23 a 29 de Fevereiro de 1992 Nº 27

PORTUGAL-PALOP: A transição política e a reconstrução nacional mobilizam Portugal e a ajuda internacional.

A empresa portuguesa Tabaqueira reafirma, em seu plano de diversificação de investimentos, que a África (Moçambique, Angola, Cabo Verde e, eventualmente, Guiné-Bissau) tem e terá um papel estratégico e imperativo. Em Angola, se implantará, em breve, uma associação entre a Cotapo e uma empresa do grupo GAP, que lançará investimentos nas áreas da pecuária, produção de rações, abate, transformação e industrialização de carnes. (p.1)

Outro movimento importante que denota o crescente poder de atração do mercado angolano será a realização, entre 22 e 26 de abril, da Feira Internacional de Luanda (FILDA). A expectativa em torno desta exposição é que se reúnam cerca de cem empresas portuguesas, além de outras da África do Sul, Zimbábue, Itália, Brasil e Suécia.

Este evento, denominado "Construa Angola/92", será o primeiro salão internacional de construção, obras públicas, transportes e comunicações de Angola. A reconstrução deste país certamente deverá passar pela superação dos insuficientes oito mil quilômetros de estradas em boas condições — num total de 75 mil quilômetros de estradas que cortam Angola —, além de investimentos em portos, aeroportos, ferrovias e pontes. (p.3)

A reconstrução de todos esses setores, num prazo estimado de 10 a 15 anos, conta desde já com linhas de crédito de instituições internacionais como o Banco Mundial, o Banco Africano para o Desenvolvimento, a CE, os EUA, Portugal, etc. (p. 1-3)

A cooperação no plano cultural se estende à recente acordo assinado entre Portugal e Angola na área do cinema; e à primeira Feira do Livro Português na Guiné-Bissau (em Bafatã, a segunda cidade do país), onde cerca de cinco mil volumes foram expostos entre 22 e 23 deste mês. (p. 1)

ESTA EDIÇÃO:

Presidente de Cabo Verde luta
contra diminuição de poderes
p.04

O PAIGC demonstra estar aberto
a coligações
p.04

Reconstrução de Angola atrai
empresários
p.03

Dificuldades na construção da
Nação Sul-Africana
p.09

Vimos, que apesar do delicado processo de conversação entre o governo angolano e a UNITA, a força do mercado angolano é um imperativo que ultrapassa os interesses e as possibilidades de apoio vindos de Portugal. E é o grau de importância do que ocorre em Angola para a África Austral, e para toda a África, e o poder crescente de atração demonstrado pela comunidade internacional por aquela região, que levou o vice-primeiro ministro e ministro da Defesa, Fernando Nogueira (o nº 2 do governo português), a Angola.

Baseado em razões históricas e culturais, além do alegado empenho de Portugal na defesa dos interesses angolanos nos meios políticos e diplomáticos internacionais, Fernando Nogueira anunciará nos encontros com Savimbi e José Eduardo dos Santos que, particularmente, a CE se dispõe a prestar auxílio financeiro destinado a programas de formação profissional e de reintegração de numeroso contingente de militares que serão desmobilizados, e a outros diversos setores.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléa, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

Mas, o real objetivo — não declarado — que leva Nogueira a Angola, é conseguir a concordância do governo angolano e do líder da UNITA para que Portugal conduza o processo que envolve as ajudas internacionais. Portugal teme, na verdade, os crescentes interesses da França, da Espanha e do Brasil em funcionarem como motores das transformações no terreno da defesa e das forças armadas angolanas. (p. 2 e 3)

ANGOLA: Após as pressões, começa-se a semear acordos. Mas as divergências continuam ...

As advertências feitas, no início do mês, por Portugal e EUA ao governo angolano e à UNITA para acelerarem a resolução das suas divergências parecem apresentar os primeiros efeitos.

Os acordos sobre as linhas gerais da futura Constituição, sobre o sistema de governo e sobre a desmobilização de ambos os efetivos militares parecem ter alcançado um encaminhamento mais concreto. As pressões externas que acenavam para a eventual redução dos fundos e créditos internacionais fizeram com que um certo consenso fosse alcançado.

De acordo com as linhas iniciais da futura Constituição e com a lei eleitoral, o sistema de governo será semipresidencialista. O chefe de Estado cumprirá um mandato de 5 anos (podendo ser renovado por duas vezes), cabendo à futura Assembleia Legislativa o mandato de 4 anos.

A opção pelo regime semipresidencialista — que não seria tradicional em África, onde normalmente o chefe de Estado dirige de fato e de jure os destinos nacionais —, segundo alguns observadores se explicaria por certos prognósticos eleitorais.

Tendo sido esse sistema de governo aprovado pelos principais políticos angolanos, no fundo, o que estaria em jogo seria a possibilidade de derrota presidencial do MPLA e da UNITA para uma "terceira força". Segundo esse prognóstico, a abertura de um cenário de "coabitação pacífica" talvez se estabeleceria se uma ou outra vencesse as eleições legislativas. Na prática, teríamos a aplicação (em parte) de um modelo parlamentarista.

Outro possível efeito direto das pressões externas estaria na aceleração das ações da CCPM. O aumento das deslocações ao interior do país tem como objetivo "pressionar" por um melhor andamento da necessária ampliação da administração do Estado a todo território, e verificar o grau de neutralidade policial.

Mas, nem tudo são flores no promissor jardim angolano. Uma divergência em torno da regulamentação dos meios de comunicação social adiou a conclusão das conversações entre o governo e a UNITA.

Savimbi exclui a hipótese de fechamento da rádio da UNITA ("Voz do Galo Negro"). Já um projeto de lei de radiodifusão tenta estabelecer a exclusividade da transmissão em ondas curtas para a rádio estatal ("Angola Combatente"), vedando ao mesmo direito os partidos políticos.

Savimbi, nos comícios, alimenta a polémica. O certo é que é mais um problema fundamentalmente político que se abre no cenário angolano. (p. 2 e 3)

MOÇAMBIQUE: NOVO ATAQUE DA RENAMO

Enquanto a reunião dos bispos da África Austral ocorria em Maputo, os rebeldes da Renamo atacavam a cidade de Correane fazendo com que cerca de 15 mil pessoas percorressem 60 quilómetros até a cidade de Nampula, onde a assistência está sendo prestada por entidades religiosas e pela Cruz Vermelha. (p.05)

ÁFRICA DO SUL: De Klerk anuncia referendo, Mandela procura investimento estrangeiro.

Na eleição complementar de Potchefstroom, pequena cidade universitária de maioria boer, o candidato do Partido Conservador (CP), Andries Beyers, obteve 9756 votos, contra 7606 dados ao candidato do Partido Nacional (NP). A derrota do NP, numa circunscrição por ele controlada há 25 anos, foi interpretada como um sinal da insatisfação de parte do eleitorado branco com o processo de reformas conduzido pelo presidente De Klerk, que reagiu prontamente, convocando um referendo, provavelmente para 17 de março. Neste referendo, os eleitores brancos manifestar-se-ão quanto às negociações com os partidos de maioria negra, na Conferência por uma África do Sul Democrática (CODESA). De Klerk informou que, caso sua política seja desautorizada no referido, ele e seu governo irão demitir-se sendo convocadas eleições gerais.

O anúncio de tais medidas gerou uma série de reações. O ANC, o Partido Comunista (SACP) e a Central Sindical COSATU rejeitaram de imediato tal referendo, por ser pautado em critérios étnicos, podendo "dar aos brancos um direito de veto sobre o país". Outros, como o cientista político David Welsh ou o líder do Partido Democrata, Zach de Beer, acreditam que uma derrota de De Klerk poderia criar uma situação gravíssima, não descartando a possibilidade de vir a eclodir uma guerra civil. Em todo caso, parece improvável que De Klerk e seu partido percam a eleição, ainda que não obtenham larga vantagem. Por paradoxal que possa parecer De Klerk pode mesmo sair fortalecido deste confronto, revertendo o chamado "efeito Gorbachev" (o presidente sul-africano, como Gorbachev, é celebrado no estrangeiro, estando cada vez mais isolado em seu país). (pp. 7-10, 12)

Antes do anúncio do resultado da eleição de Potchefstroom e suas consequências, o ANC havia divulgado a elaboração de um novo código sobre investimento estrangeiro na África do Sul. A política oficial do ANC afirma o papel fundamental de um programa de nacionalizações na correção dos desequilíbrios sócio-econômicos, gerados pelo Apartheid, e isto vem assustando os investidores internacionais. O novo código visaria justamente combater tais receios, pois o ANC, como ressalta Mandela, está consciente da necessidade de obtenção de investimentos estrangeiros para a recuperação da economia sul-africana, que atravessa situação muito difícil (ver A Semana, nº 26). (p. 11)

Foram assinados dois contratos entre a África do Sul e a EDF (Electricité de France), um acerca da extensão da rede elétrica do país (e que deverá beneficiar 3 milhões de residências até o ano de 2002), outro acerca da interligação da África do Sul com os países vizinhos que possuem grandes barragens (Moçambique, Zimbábue, e Namíbia). (p. 11)

Amadeu Gaudêncio

Investir mais nos PALOP

A SOCIEDADE de Construções Amadeu Gaudêncio, SA. foi constituída em 1935. Actualmente é uma das maiores empresas do sector de Construção Civil e Obras Públicas, ocupando a 12ª posição em termos de volumes de negócios.

Em 1990, a empresa apresentou um volume de negócios (vendas mais serviços mais variação da produção) de 9,87 milhões de contos, sendo a previsão para 1991 de 10 milhões de contos.

As actividades da empresa estendem-se aos segmentos da construção civil e obras públicas, com predominância para o primeiro. A A. Gaudêncio dispõe de estaleiros em Sacavém e em Setúbal e delegações na região da Beira Interior e na Madeira.

Os responsáveis da empresa apostam igualmente nos mercados dos PALOP — Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, em especial em Angola.

EXPRESSO, SÁBADO 22 DE FEVEREIRO DE 1992

Cooperação com Angola

SÁBADO 22 FEVEREIRO 1992

O ACORDO de cooperação entre Portugal e Angola na área do cinema foi ontem publicado no "Diário da República". Assinado em 12 de Abril de 1991, o acordo tem a validade de dois anos e pode ser prorrogado se nenhuma das partes a isso se opuser. Prevê que os filmes produzidos ao abrigo deste acordo sejam considerados "nacional" nos dois países, beneficiando do acesso aos subsídios e outras vantagens que dessa situação possam decorrer. O pedido para o reconhecimento deste estatuto deverá fazer-se 90 dias antes do início da rodagem. ■

EXPRESSO, 22 DE FEVEREIRO DE 1992

Tabaqueira prossegue diversificação

A TABAQUEIRA prossegue o seu plano estratégico de diversificação, beneficiando agora do facto de ter sido transformada em sociedade anónima. Além de um reforço do investimento no sector da transformação de tabaco, que passará pela modernização da sua fábrica de Albarraque e pela desactivação das suas instalações de Cabo Ruiivo, a empresa procura implantar-se cada vez mais no sector agro-alimentar. Entre os mais recentes investimentos da Tabaqueira neste domínio, destaque para a compra da Compal e a tomada de posições na Supa (25%) e na GAP (30%).

Partindo da participação que possui na União de Bancos Portugueses (UBP), a Tabaqueira conta reforçar a sua posição na companhia de seguros Bonança, em estreita colaboração com os novos accionistas que acorreram à primeira fase de privatização da empresa. O sector imobiliário, a consultoria, a distribuição, os transportes e a actividade aduaneira constituem outros pólos de interesse dos seus responsáveis.

África surge no plano estratégico da Tabaqueira como um imperativo, não somente em Moçambique, onde detém de há longos anos uma participação na Sociedade Agrícola de Tabacos, mas também em Angola, Cabo Verde e, eventualmente, Guiné Bissau. Uma das suas participadas, a Cotapo, deverá associar-se em breve aos investimentos que a A. de Matos (uma empresa do grupo GAP) se prepara para lançar em Angola nas áreas da pecuária, produção de rações, abate, transformação e industrialização de carnes.

Feira do Livro na Guiné-Bissau

PÚBLICO 19 FEVEREIRO 1992

PELA PRIMEIRA vez, uma Feira do Livro português na Guiné-Bissau vai decorrer fora da capital, concretamente em Bafatá, a segunda cidade do país, na província do Leste. A preços consideravelmente inferiores aos da capital, lá estarão à venda cerca de cinco mil volumes, que compreendem literatura de língua portuguesa e traduzida, dicionários, gramáticas e livros técnicos. A feira, organizada pelo Centro Cultural Português, conta com o apoio da Direcção-Geral de Cooperação de Portugal e decorrerá nos dias 22 e 23 deste mês no salão de conferências da residência oficial do ministro residente na província do Leste, Manuel Mané. Uma exposição de fotografias de miradouros de Lisboa acompanhará a feira. ■

PÚBLICO DOMINGO 23 FEVEREIRO 1992

Cabo-verdianos fazem greve de fome em Nice

CINQUENTA IMIGRANTES originários de Cabo Verde estão desde quarta-feira em greve de fome numa igreja da cidade de Nice, sul de França, para reclamar a sua permanência no país. Os grevistas lançaram um apelo ao Presidente Mitterrand e à primeira-ministra, Edith Cresson, a quem pediram o direito de viver e trabalhar em França. Este grupo vive há vários anos em França e, a maior parte, exerce a actividade de lenhador ou pedreiro, em situação irregular. Alguns tinham pedido asilo político, o que lhes foi recusado. "Ainda não tivemos a visita do nosso próprio cônsul, para que nos informe sobre a situação no nosso país", disse à Lusa um dos grevistas, Firmino Gomes. Vários milhares de cabo-verdianos encontram-se em situação irregular em França, onde trabalham, sobretudo, na construção civil. Na região de Nice, onde o Frente Nacional (FN) de Jean-Marie Le Pen venceu as eleições autárquicas no último fim-de-semana, estão recensados cerca de mil cabo-verdianos. ■

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 24 FEVEREIRO 1992

Vereador de Cabo Verde visita Oeiras

JORGE MELO, vereador da Câmara Municipal do Mindelo, da ilha caboverdiana de S. Vicente, encontra-se até amanhã em visita ao concelho de Oeiras.

O programa da visita, iniciada quinta-feira e que se insere no âmbito do protocolo de geminação entre os municípios de Oeiras e do Mindelo, prevê para hoje a deslocação às instalações da Câmara na Fundação de Oeiras, ao quartel dos bombeiros em Linda-a-Pastora e o contacto com algumas colectividades. O ve-

reador caboverdiano esteve já no edifício central da Câmara de Oeiras e nas instalações dos serviços técnicos em Porto Salvo, tendo escutado uma exposição sobre a orgânica do município presidido por Isaltino de Moraes.

Jorge Melo é responsável pelos pelouros do Saneamento Básico e Salubridade, Urbanismo, Viação e Transportes Rodoviários, Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Câmara do Mindelo.

No final do passado ano o presidente da Câmara de Oeiras deslocara-se já a Cabo Verde para participar em iniciativas ao abrigo do mesmo programa de geminação. ■

"Voz do Galo Negro" entrava conversações

UMA DIVERGÊNCIA em torno da regulamentação da rádio adiou a conclusão das conversações entre o Governo angolano e a UNITA, admitindo-se que a discussão do problema seja remetida para mais tarde.

Quando, após o acordo sobre as linhas gerais da futura Constituição, tudo indicava que as conversações "bipartidárias" se concluiriam sem sobresaltos, um assunto aparentemente "pacífico" abriu uma pequena crise. Em questão está o funcionamento das duas emissoras da UNITA, uma das quais em ondas curtas através de emissores da "Voz da América".

Segundo o projecto de lei da radiodifusão, que não levantou polémica durante as anteriores conversações "multipartidárias", a Comissão em ondas curtas é exclusiva da rádio estatal e os partidos políticos estão proibidos de possuir estações radiofónicas. A UNITA já deixou bem claro que não está disposta a fechar a sua rádio e diz que todos os entendimentos que se quiserem alcançar sobre a matéria devem desde logo excluir essa hipótese.

Jonas Savimbi, no polémico comício de Kikolo onde criticou duramente os meios de comunicação social estatais, foi claro na sua mensagem ao desafiar "os comandos, os aviões" a irem até à Jamba destruir a VORGAN.

A discussão do tema poderá ser levada para uma segunda ronda entre as duas partes, por forma a não atrasar ainda mais a aprovação da restante legislação pela Assembleia do Povo que deverá reunir-se a partir da próxima terça-feira.

Observadores podem notar que se trata de um problema fundamentalmente político cuja solução será igualmente política. A Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) recomendou na semana anterior que as duas partes pusessem termo à mútua propagação hostil. O mesmo já havia sido recomendado pelo secretário de Estado português Durão Barroso e pelo subsecretário norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, nas suas recentes visitas a Angola. Em causa estão as emissões da VORGAN e o programa do MPLA "Angola Combatente",

cujo tom agressivo faz recordar os velhos anos de guerra.

Semipresidencialismo

Nos temas fundamentais do encontro, que diziam respeito às linhas gerais da futura Constituição e à lei eleitoral, as duas partes chegaram a consenso, optando por um regime semipresidencialista. O mandato presidencial terá uma duração

de cinco anos e será renovável apenas duas vezes, enquanto que o Parlamento terá uma legislatura de quatro anos.

A opção pelo semipresidencialismo, partilhada pelos principais partidos angolanos, surpreendeu alguns observadores que sublinham que aquele regime não tem tradição em África, onde o Chefe de Estado dirige, de facto e de jure, os destinos dos países. O facto de se tentar outro sistema político terá a ver, segundo os mesmos observadores, com os prognósticos dos resultados eleitorais, uma vez que Savimbi havia dito publicamente que defendia o sistema presidencialista. Em jogo estará a possibilidade do candi-

dato presidencial de uma das duas principais forças perder, enquanto a sua organização vence as legislativas. Estar-se-ia assim a abrir a porta a um cenário de "coabitação", conhecido em países europeus.

No referente à aplicação dos acordos de paz, a CCPM tem estado a imprimir uma nova dinâmica ao seu funcionamento, por forma a recuperar os atrasos. Os membros da CCPM têm-se deslocado às províncias, a traçando os planos para o cumprimento das várias decisões de incidência local, como a extensão da administração central a todo o território. Depois da Huila e Uíje, coube agora a vez do Bié, estando no programa próximas deslocações ao Moxico e Lunda-Sul, no Leste de Angola. ■

Vitor Silva, em Luanda

Nogueira leva a Angola ajuda internacional

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 30 FEVEREIRO 1992

NO DOMINGO, Fernando Nogueira parte para Angola em visita oficial que vai durar cinco dias. Desloca-se tanto na condição de ministro da Presidência como na de responsável da pasta da Defesa. O objectivo da viagem, mesmo não declarado, é ultrapassar, na prática, o evidente interesse da França, do Brasil e da Espanha em funcionarem como motor das transformações de Angola no terreno da defesa e forças armadas.

E Nogueira leva na pasta uma boa notícia para os angolanos. A comunidade internacional, com preponderância para a CE, está em condições de disponibilizar importante auxílio financeiro destinado a programas de formação profissional e de reintegração dos volumosos contingentes de militares a desmobilizar nos dois exércitos, governamental e da UNITA, em consequência da constituição do exército único.

De certo modo, chegou a hora de Durão Barroso passar o testemunho a Nogueira e é a esse nível que a viagem do ministro da Defesa assume grandeza, tendo em conta os programas de cooperação que já se desenvolvem. O documento de trabalho acordado entre as partes (governos de Lisboa, de Angola e UNITA) é carregado. Os primeiros dois dias, segunda e ter-

ça-feira, são dedicados às questões específicas da cooperação militar. Nogueira tem um encontro a sós com o ministro da Defesa do Governo de Luanda antes do "briefing" com os elementos da comissão conjunta e, ao fim da tarde, terá uma recepção oficial que lhe é oferecida pelo seu homólogo angolano.

Ainda no âmbito da cooperação militar, vai ao Huambo, na terça-feira, visitar a Escola de Oficiais das Forças Armadas Angolana, instituição que está a ser orientada por quadros da Academia Militar portuguesa. Apontado como importante na série de contactos que Nogueira vai manter, contam-se os encontros com o bispo do Huambo e, em Luanda, com o cardeal D. Alexandre do Nascimento. Encontros que antecedem as audiências com o primeiro-ministro angolano e com a Comissão Conjunta que, na parte portuguesa, tem à frente o embaixador Rocha Páris e o general Tomé Pinto.

Mas os dois actos mais importantes da visita definem-se nos encontros com Jonas Savimbi e com José Eduardo dos Santos. Será a partir destas conversações que o ministro português ficará habilitado a fazer avançar a ajuda internacional apontada para a reconstrução

de Angola em diversos sectores. Cabe ao Governo angolano, com a concordância da UNITA, acritar que seja Portugal a conduzir o processo de ajudas.

O "staff" de Fernando Nogueira está convocado da concordância das autoridades de Angola quanto a esta particularidade do processo. O entendimento é de tanto as partes angolanas intervenientes nos acordos de Nicose como as forças políticas constituídas após a celebração da paz, olharem as posições portuguesas com carácter preferencial, não só por razões históricas e culturais mas ainda pelo claro empenho já mostrado por Portugal na defesa dos interesses angolanos nos meios políticos e diplomáticos internacionais.

Fernando Nogueira viaja acompanhado por reduzida comitiva. Leva consigo, além do chefe de gabinete e do assessor pessoal e porta-voz, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Soares Carneiro, o director-geral para Assuntos de Política de Defesa e o assessor militar para questões de cooperação, coronel Ramalho. Nogueira fez questão de convidar dois deputados — Adriano Moreira e o presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, Miranda Calha. ■ C.C.

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 19 FEVEREIRO 1992

SEMI-PRESIDENCIALISMO EM ANGOLA — Angola terá um regime semi-presidencialista e um Presidente eleito, por um máximo de três mandatos de cinco anos, anunciaram ontem à noite em Luanda porta-vozes do Governo e da UNITA, na conclusão das negociações bilaterais entre os dois signatários do processo de paz. As eleições decorrerão, durante três dias, de 19 a 21 de Setembro, ou de 25 a 27, cabendo a decisão ao Conselho Nacional Eleitoral. As conversações devem terminar hoje, continuando pendentes divergências entre as duas partes quanto aos tempos de antena e acesso aos meios de comunicação.

Apoio a Angola

A EURODEPUTADA socialista Maria Belo defendeu, ontem, na Assembleia ACP/CE a decorrer em São Domingos, que a Comunidade forneça apoio técnico e financeiro ao processo de recenseamento da população angolana, para que as eleições possam decorrer na data prevista. Maria Belo considerou esta questão "importante" não só para Angola, mas sobretudo porque as eleições angolanas podem servir de exemplo para a África e, em particular, para Moçambique. ■

O JORNAL Sexta-feira, 21 de Fevereiro de 1992

22 DE FEVEREIRO DE 1992

Cem empresários portugueses na «Construa Angola/92»

A organização anunciou esta semana a presença de cerca de uma centena de empresas portuguesas, além das de outros países designadamente da África do Sul, Zimbábue, Itália, Brasil e Suécia, na «Construa Angola/92», exposição a realizar de 22 a 26 de Abril, na Feira Internacional de Luanda (FILDA).

A «Construa Angola/92» é o primeiro salão internacional de construção, obras públicas, transportes e comunicações de Angola e vai contar com a visita de construtores e empreiteiros, de arquitectos e engenheiros, de projectistas e consultores, de empresários e de importadores, representantes, de responsáveis pela administração pública e do público em geral.

No certame estarão presentes todo o tipo de fabricantes de matérias-primas, de máquinas e de equipamentos para as empresas dos sectores em exposição, bem como empresas de serviços como sejam os bancos, as seguradoras, as empresas de informáti-

ca e de formação profissional.

As empresas portuguesas que estiverem presentes na «Construa Angola/92» podem contar com o apoio do Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), que financia até 6% por cento do custo do espaço, e do PEDIP, no caso de empresas industriais.

Os responsáveis pela organização da feira afirmaram que apenas estão em condições cerca de oito mil dos 75 mil quilómetros de estradas que atravessam Angola e calculam serem necessários entre dez e quinze anos para reconstruir o restante. Além da rede rodoviária, é necessária a reconstrução dos portos e aeroportos, da rede ferroviária e de pontes.

A reconstrução de Angola está avaliada em cerca de seis mil milhões de contos e existem linhas de crédito de instituições internacionais como o Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento. Para a reconstrução do país, a CE concedeu um financiamento de 20 milhões de contos e os EUA de dez milhões de dólares.

Angola desmobiliza em Março

A ADVERTÊNCIA feita, a princípio deste mês, por Portugal e Estados Unidos às partes que estiveram envolvidas no conflito armado em Angola surtiu esta semana os seus primeiros efeitos: governo e UNITA vão finalmente iniciar, em Março, a desmobilização de ambos os efectivos militares, tendo remetido já à Comissão das Comunidades Europeias, através da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), o respectivo plano indicativo de ajuda a todo o processo de desmobilização.

O «puxão de orelhas» dado pela «troika» e pelos americanos obrigou a CCPM a impôr um ritmo de contra-re-lógio às suas actividades, multiplicando-se agora em deslocações semanais pelo interior do país com o objectivo de «pressionar» a extensão de administração do Estado a todo o território e acelerar a verificação da neutralidade da polícia.

A atmosfera reinante entre os militares parece ser de completa distensão num processo que será, agora, facilitado pela criação imediata pelo Governo de um fundo social de apoio aos desmobilizados. A colaboração entre os dois efectivos estender-se-á em breve à província da Lunda-Norte, a Nordeste do país onde missões conjuntas das FAPLA e das FALA velarão pelo controlo dos militares acantonados e pela protecção da fronteira com o Zaire, a fim de neutralizar a infiltração de grupos de garimpeiros provenientes daquele país. A eventualidade de Angola

ver reduzidos alguns fundos comunitários parece ter levado as partes a assumirem finalmente o encurtamento dos atrasos verificados na aplicação dos acordos do Estoril como «tarefa número um se quisermos ter uma transição minimamente tranquila» no entender de uma fonte governamental.

Idêntica dinâmica de recuperação estão agora a imprimir também os políticos que, no âmbito da reunião bipartidária entre o Governo e a UNITA, chegaram esta semana a consenso na quase totalidade da matéria legislativa em discussão. Com efeito, as partes acordaram já na instauração de um sistema semi-presidencialista, conferindo ao chefe de Estado um mandato de cinco anos renovável por duas vezes, enquanto a futura assembleia constituinte terá um mandato de quatro anos. Na sequência das consultas feitas entre o Governo e a UNITA, o Presidente José Eduardo dos Santos deverá em breve anunciar em definitivo a data das eleições, que deverão ter lugar entre os dias 19,20 e 21 ou 25,26 e 27 de Setembro próximo.

A lei dos partidos políticos não mereceu nenhuma objecção por parte da UNITA que, de um modo global, manifestou o seu acordo aos projectos referentes a observação internacional, comunicação social e direito de antena dos partidos políticos.

Gustavo Costa
em Luanda

Fidelidade ao processo de paz

PÚBLICO

DOMINGO, 23 FEVEREIRO 1992

A 26 de Fevereiro o ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Kozirev, começa a sua primeira digressão oficial por África com uma visita a Luanda, de onde segue para Pretória e Cairo.

Em Luanda, o ministro pretende reiterar o apego dos novos dirigentes da Rússia à causa da paz em Angola e manifestar a disponibilidade do seu país em continuar a participar neste processo, em cooperação com Portugal e os Estados Unidos.

Kozirev vai realizar conversações tanto com o Governo como com a UNITA. Moscovo vê ambas as partes como parceiros no processo de regularização e considera necessário continuar o já tradicional diálogo.

O ministro vê positivamente, em geral, a evolução do processo de paz, assinalando no entanto que existe um atraso em relação ao calendário das medidas mais importantes para Angola, acordado no ano passado em Portugal.

Embora cumprido de um modo geral o cessar-fogo, nota atraso na desmobilização dos militares do Governo e da UNITA, no seu acantonamento e na

criação das Forças Armadas unificadas.

Os peritos russos consideram que, embora com mais lentidão do que o desejável, a autoridade do poder central alastra a todo o território, inclusive às zonas anteriormente controladas pela UNITA.

Outro importante tema das conversações a decorrer em Luanda diz respeito ao desenvolvimento da cooperação económica e comercial à luz do novo contexto político. A tarefa não se afigura simples, mas no Governo russo há optimismo quanto à sua resolução.

Kozirev será acompanhado por responsáveis e peritos dos ministérios e organizações directamente ligados à cooperação com Angola.

A questão do estabelecimento de relações diplomáticas entre a Rússia e a África do Sul concentrará a atenção dos jornalistas durante a visita a Pretória.

Existem indícios da próxima normalização dessas relações, que aliás ainda há dois dias foram analisadas no Parlamento russo.

Os deputados manifesta-

ram a sua satisfação pelos esforços empreendidos pelo Governo sul-africano, pelo ANC e por outras forças políticas com vista à criação de um Estado não-racial.

Os membros da comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros já se pronunciaram a favor de uma normalização das relações com a África do Sul, pelo que a mesma poderá concretizar-se durante a visita de Kozirev.

As perspectivas de cooperação entre Moscovo e Pretória, no campo comercial, são consideradas bastante positivas. Mas, por enquanto, a Rússia continua obrigada a cumprir as sanções impostas ao regime sul-africano pelo Conselho de Segurança da ONU, inclusive o embargo à venda de petróleo. ■

Vladimir Markov, em Moscovo
Exclusiv ECA/PÚBLICO

FERNANDO NOGUEIRA EM ANGOLA — O vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, Fernando Nogueira, inicia hoje, em Angola, uma visita oficial de cinco dias, destinada a ampliar a cooperação militar na formação das Forças Armadas e no apoio aos desmobilizados da guerra civil angolana. Portugal, que medeia as negociações angolanas para a paz, envia agora o número dois do Governo para conversações com todas as partes envolvidas nas questões de defesa, quando se está a poucos meses da constituição de um exercito único naquele país. Fernando Nogueira, como o P.U. BLICO já noticiou, levará a confirmação de que a comunidade internacional, com especial destaque para a CE, está em condições de disponibilizar um importante auxílio financeiro, destinado a programas de formação profissional e de reintegração dos voluntários contingentes de militares a desmobilizar nos dois exercitos — governamental e da UNITA —, em consequência da constituição do exercito único. A visita de Nogueira confere ainda uma particular atenção à acção dos militares portugueses, que estão já a formar os primeiros oficiais das novas forças armadas.

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA,

21 DE FEVEREIRO 1992

PAIGC aposta na sobrevivência

Jorge Heitor

O partido de João Bernardo Vieira, "Nino", apesar de fustigado por uma série de grupos da oposição, ainda julga ser possível ganhar as eleições que se deverão realizar no fim do ano e continuar a governar a Guiné-Bissau, mesmo que haja de ser em coligação com outras forças.

"Tenho a convicção de que será possível conseguir mais de 50 por cento dos votos, dada a nossa forte implantação no país" — declarou ontem ao PÚBLICO, em Lisboa, o secretário do PAIGC para a Comunicação Social, Helder Proença, de 35 anos. Mas também formulou o voto de que "todas as forças possam contribuir para que a democracia seja uma realidade".

"É muito cedo para avançar hipóteses (quanto a eventuais alianças), mas da nossa parte existe grande flexibilidade e abertura. Estamos abertos à cooperação e na altura própria essas questões serão analisadas. Na política tudo é possível; não pomos de parte nenhuma possibilidade" — disse o jovem dirigente, segundo o qual a Guiné-Bissau está actualmente num "momento crucial da transição política para a democracia multipartidária".

"Estamos a assistir a uma mudança de mentalidade tanto dos dirigentes como da sociedade civil" — observou Proença, em cujo entender as primeiras eleições pluralistas guineenses deverão provavelmente efectuar-se no fim deste ano, talvez primeiro as presidenciais e depois as legislativas.

O Conselho Nacional do PAIGC reúne-se agora durante a primeira quinzena de

Março e irá apresentar a proposta do partido quanto à data dos actos eleitorais, data essa que só será homologada depois de conversações e acertos com os demais grupos políticos.

A formação que em 24 de Setembro de 1973 proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau começou na semana passada a conferenciar com alguns dos grupos oposicionistas — a Frente Democrática Social, a Frente Democrática e o Movimento Bafatá —, no sentido de se preparar conjuntamente o futuro do país: "O PAIGC aceita o desafio, acredita na alternância. Estamos prontos a aceitar o veredicto das urnas".

Aprendizagem democrática

Apesar de algumas das forças emergentes terem por vezes dito que não gozam de plena liberdade para a sua actuação, Helder Proença observou que o partido fundado por Amílcar Cebal e agora dirigido por "Nino" Vieira deseja que todos tenham livre acesso à rádio, à televisão e ao único jornal existente no país, o "Nô Pintcha".

Acerca das grandes dificuldades de vida na Guiné-Bissau, onde muita gente se queixa de os salários serem bastante mais baixos do que os preços dos produtos, o secretário do PAIGC comentou que a situação é comum à generalidade dos países africanos e que isso tem a ver com "a ordem económica internacional".

Alegou ainda que "seria uma certa utopia pretender que em 17 anos tudo se resolva, pois que o país essencialmente depende do exterior". Disse que o nível cultural médio aumentou significativamente após a proclamação da independência, que a assistência médica abrange agora todo o país e que existe um "sector empresarial bastante dinâmico". Mas também admitiu "cer-

tas derrapagens no cumprimento do programa de reajustamento económico".

Quando interrogado sobre o antigo primeiro-ministro Victor Saúde Maria (que provavelmente visitará Portugal em Março e que poderá ser um forte candidato presidencial, frente a "Nino"), Helder Proença respondeu que o líder do Partido Unido Social Democrata (PUSD) "não é uma figura relevante, nem tem dimensão nacional".

Por outro lado, anunciou para breve a apresentação formal da candidatura do PAIGC à Internacional Socialista e disse que o mesmo, independentemente do facto de se querer integrar numa família específica, está "aberto à cooperação com todas as forças democráticas e progressistas portuguesas".

No decurso da entrevista, aquele membro do Conselho Nacional do partido no poder respondeu às críticas de que o processo de democratização da Guiné-Bissau tem sido mais moroso do que o desejável: o que acontece — afirmou — é que o ritmo verificado "visa essencialmente criar um quadro legal seguro, capaz de viabilizar a paz civil". Ou seja, por outras palavras, que "devagar é que se vai ao longe" e que se consegue institucionalizar uma prática verdadeiramente democrática. ■

Presidente cabo-verdiano contra Governo

O PRESIDENTE da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, pronunciou-se ontem contra a diminuição dos seus poderes, prevista no anteprojecto constitucional do Movimento para a Democracia (MPD), no Governo.

Em conferência de imprensa dada um ano após a sua eleição, Mascarenhas Monteiro manifestou a opinião de que o Presidente deve continuar a ter o direito de dissolver o Parlamento e de demitir o primeiro-ministro, mantendo-se o princípio da responsabilidade do Governo perante o Chefe do Estado.

No seu entender, os poderes que a actual Constituição lhe reserva "são os poderes mínimos para o Presidente da República" de um país como Cabo Verde.

O anteprojecto do MPD, a levar em meados do ano à Assembleia Nacional, prevê que a mesma só possa ser dissolvida com a concordância do primeiro-ministro, ao que Mascarenhas Monteiro se opõe.

Se os poderes presidenciais fossem "governamentalizados", — disse — não valia a pena o Chefe do Estado ser eleito directamente pelo povo nem o país gastar os poucos recursos que tem com esse tipo de eleição. "Temos que ser consequentes".

Interrogado sobre se não chegara a um acordo nesse sentido com o MPD antes de se candidatar, respondeu que evitou um debate prematuro: "Agora é que é o momento para se falar da revisão constitucional".

Ainda na opinião do juiz Mascarenhas Monteiro, que há um ano derrotou nas urnas o anterior Presidente, Aristides Pereira, a experiência do primeiro ano do seu mandato mostra que o país precisa de um órgão suprapartidário para arbitrar os conflitos: "Não se trata de poderes para mim. O que reivindico são poderes para um órgão de soberania que é o Presidente da República".

Apesar de uma ou outra divergência pública, negou porém que ao longo deste ano tenha havido conflitos significativos com o Governo de Carlos Veiga, formado poucas semanas antes das eleições presidenciais. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Moçambique

Cerca de 12 mil pessoas pernoctaram 60 quilômetros para se refugiar na cidade de Nampula, em Moçambique, após um ataque dos rebeldes do movimento direitista Renamo à pequena cidade de Corrane, no fim de semana passado, informou ontem a Cruz Vermelha. Segundo repórteres moçambicanos que estiveram na região, o ataque deixou dezenas de mortos.

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 21 FEVEREIRO 1992

Moçambique: tréguas na agenda

O GOVERNO MOÇAMBICANO e a Renamo poderão concluir, ainda esta semana, um acordo sobre os princípios do futuro regime eleitoral do país, segundo indicou ontem o deputado Mario Raffaelli, representante do Governo italiano e coordenador da mediação do processo de paz em Moçambique. Raffaelli mostrou-se também confiante quanto à possibilidade de o cessar-fogo começar a ser debatido dentro de dias nas conversações de Roma. ■

PÚBLICO

SABADO, 22 FEVEREIRO 1992

Soares com Moçambique

MÁRIO SOARES enviou ontem uma mensagem pessoal aos 70 bispos da África Austral reunidos em Maputo, alertando-os a exercerem influência para o restabelecimento rápido da paz em Moçambique. Dignitários católicos de 10 países africanos estão a participar desde domingo, na capital moçambicana, na 3ª reunião plenária da Associação Inter-Regional de Bispos da África Austral (Imbisa), órgão coordenador das diversas conferências episcopais da região. Fonte próxima da reunião disse à Lusa em Maputo que os bispos da Imbisa previam enviar mensagem para Roma em telegrama exigindo às equipes negociais de Armando Guebuza e Raul Domingos um rápido acordo que permita pôr termo à guerra em Moçambique. Na mensagem, os bispos católicos da África do Sul vão exortar às partes beligerantes que é inadmissível estarem, por motivos políticos e partidários, a achar o fim da guerra. A reunião da Imbisa, que deverá terminar domingo, tem estado a discutir o tema "inculturação da igreja" — que visa a africanização teológica e evangélica dos cultos religiosos nas igrejas de todo o mundo. ■

DELEGAÇÃO MOÇAMBICANA EM PORTUGAL

Uma delegação de Assembleia da República de Moçambique encontra-se em Lisboa, onde visitará o Parlamento. A visita tem por objectivo analisar o modo de funcionamento de uma assembleia multipartidária, designadamente nos seus aspectos logísticos e no apoio à actividade parlamentar. ■

Bispos escrevem a Chissano

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 24 FEVEREIRO 1992

REUNIDA durante a semana que findou, a Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) escreveu ao Presidente Joaquim Chissano, pedindo-lhe que intensifique as iniciativas para apressar as negociações de Roma, soube ontem o PÚBLICO junto de uma fonte próxima da CEM. A carta dos bispos salienta o papel de Chissano como estando acima dos partidos e destaca que é "inadmissível" continuar a guerra, "por motivos partidários e meramente políticos", apelando à assinatura de um cessar-fogo urgente.

O documento retoma deste modo uma outra carta enviada pelos 70 participantes da Associação Inter-regional de Bispos da África Austral (Imbisa) — reunida desde o dia 16 e que ontem terminou no Maputo (ver notícia na pág. 22) — aos negociadores da Prelimo e da Renamo presentes nas conversações sobre a paz, que se têm realizado em Roma.

No comunicado final da assembleia, os bispos da Imbisa congratulam-se com a "melhoria sensível da situação sócio-política da região", destacando a excepção de Moçambique, pela persistência da guerra.

O próprio Chissano esteve presente nos trabalhos da assembleia, onde fez uma longa intervenção de improviso. Na sua intervenção, o Presidente moçambicano realçou não ser ele que decide as transformações da sociedade, elogiando, em seguida, o trabalho da Igreja Católica na área da educação, durante o período colonial. Chissano ofereceu também os seus préstimos para ajudar a hierarquia católica a estruturar alguns novos serviços na área escolar e do apoio social. ■

António Marujo

Bispos da África Austral pela "africanização"

24 FEVEREIRO 1992

A IGREJA Católica terá que se "africanizar", se quiser permanecer no continente e crescer, defendem os membros da Associação Inter-regional de Bispos da África Austral (Imbisa), na conclusão, ontem, da sua terceira assembleia plenária, que decorreu na capital moçambicana, desde segunda-feira passada.

Aquela ideia é expressa num documento que os 70 bispos da África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Swazilândia e Zimbábwe enviarão para Roma, na sequência da sua assembleia, e que se destina a preparar a assembleia do Sinodo dos Bispos sobre a presença da Igreja naquele continente, a realizar no próximo ano. Segundo o PÚBLICO apurou, o documento refere-se, entre outros pontos, à questão da poligamia, dos ritos de iniciação, e da ligação entre o cristianismo e as culturas tradicionais africanas.

O arcebispo do Maputo, cardeal Alexandre dos Santos, numa das suas intervenções, usou mesmo a expressão "evangelizar a África e africanizar o evangelho", para caracterizar o desejo da hierarquia católica da zona sul do continente. Esta ideia vem sendo cada vez mais debatida nas estruturas do catolicismo africano: em Outubro passado, por exemplo, o tema esteve no centro de um simpósio que, em Luanda, assinalou o quinto centenário da chegada do cristianismo a Angola (ver PÚBLICO 22 Outubro, 1991), registando-se uma grande sensibilidade que defendia uma maior inculturação do cristianismo africano.

Apesar de acentuar a necessidade de inculturar o catolicismo em África, o documento final da assembleia resulta menos arrojado do que a sua proposta inicial. Em matéria de celibato do clero defendia-se inicialmente que a especificidade da cultura africana deveria contemplar o estudo sobre outras formas de disciplina eclesiástica, argumento que acabou por

ser retirado do texto final, não permitindo grandes aberturas em relação à prática habitual da Igreja na matéria.

Também numa "Mensagem ao Povo de Deus" escrita pelos bispos, teve que se chegar a uma proposta de compromisso. Da afirmação de que o cristianismo não se contrapõe à "fe dos nossos antepassados", passou-se a uma fórmula mais restrita, que afirma apenas que os cristãos africanos não devem "perder os valores" das suas culturas.

Zimbábwe e Moçambique é que "mandam"

A assembleia da Imbisa votara, entretanto, os seus responsáveis para o próximo triénio. O secretário-geral, Patrick Mutume, bispo de Mutare, Zimbábwe, foi reconduzido, como reconhecimento do seu trabalho positivo de dez anos à frente da máquina da Associação. Mas na presidência registam-se dois novos nomes: Patrick Chakaipa, arcebispo de Harare (Zimbábwe) e Francisco João Silota, bispo de Chimioio (Moçambique), foram eleitos para presidente e vice-presidente da Imbisa, confirmando o papel fundamental dos episcopados daqueles dois países na estrutura inter-regional. O bispo Francisco Silota, refira-se, é membro da comissão de fiscalização dos acordos de paz, para os corredores da Beira e do Limpopo.

A África do Sul — cuja participação na assembleia os bispos desejam incrementar — poderá, entretanto, ver "premiada" a abertura política que ali se regista, podendo a Imbisa realizar naquele país a sua próxima assembleia, daqui a três anos. Uma outra decisão, que não foi assumida no comunicado final, poderá passar pela breve criação de um Instituto Teológico, que viria a funcionar no Zimbábwe ou na África do Sul, onde já existem estruturas que facilitariam o estabelecimento de tal centro de estudos. (ver também pág. 16) ■ A.M.

Renamo avança em Nampula

CERCA de 20.000 pessoas fugiram durante os últimos dias da localidade de Corrane para Nampula, a 60 quilómetros, devido aos ataques da Renamo naquela região do Norte de Moçambique — foi ontem anunciado em Maputo. O êxodo tem estado a ser feito em camiões fornecidos por organizações humanitárias, enquanto à chegada à capital provincial a assistência é prestada por entidades religiosas e pela Cruz Vermelha Internacional. ■

PÚBLICO

DOMINGO, 23 FEVEREIRO 1992

TOTTA CRIA BANCO EM SÃO TOMÉ

O Banco Totta & Açores (BTA) vai abrir um banco comercial em

São Tomé, num projecto que contará com uma participação do Banco Nacional Ultramarino (BNU) e com parceiros locais. No Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (designação adoptada para a nova instituição bancária), os dois sócios portugueses, BTA e BNU, irão subscrever respectivamente 30 e 22 por cento do capital, sendo a maior fatia individual do capital detida pelos são-tomenses, com uma posição de 48 por cento.

A abertura deste banco comercial em São Tomé, bem como a inauguração de sucursais em Luanda, Guiné e Luxemburgo, faz parte do plano de actividades do BTA para o primeiro semestre deste ano, no domínio da implantação de novos estabelecimentos no estrangeiro, disse ao PÚBLICO o presidente do Conselho Executivo do Banco Totta e Açores, Alípio Dias. Mas não é só no estrangeiro que o Totta pretende crescer. Em Portugal vai seguir a mesma linha de actuação do ano passado, e continuar a criar empresas que serão mantidas na sua órbita.

Depois de vendida uma participação na Euroleasing, todos esperavam que o Totta fosse constituir a sua própria empresa de "leasing mobiliário" — a única que falta para completar o lote de parafinancieiras na sua dependência. Assim, a Tottaleasing surgirá, segundo Alípio Dias, durante os primeiros seis meses deste ano, e prevê-se

que a Tottagespart fique com uma participação de 51 por cento no seu capital social. Ainda nos projectos para este ano, está a constituição, juntamente com o Banesto, de uma sociedade de prestação de serviços na área de "software" bancário — a Eurosiber.

Uma linha de força estratégica foi definida pelo presidente da Comissão Executiva do Totta: modernização do banco, optimização dos recursos informáticos, rentabilidade e segurança. Para Alípio Dias, a dimensão e o crescimento surgem depois como resultados da linha de força definida. E a continuação do crescimento do Totta traduz-se ainda na previsão de abertura de sensivelmente o mesmo número de novos balcões que o ano passado, distribuídos pelos grandes centros urbanos e pela província.

Desta forma, segundo Alípio Dias, estão calculados para este ano "investimentos de alguns milhões de contos", razão pela qual o Banco pretende aumentar o seu capital social dos actuais 45 milhões de contos para 50 milhões de contos, com recurso à subscrição reservada a accionistas.

Em relação à actividade do Banco em 1991, é de destacar a evolução registada tanto a nível dos resultados como do "cash flow" gerado. Aumentados para 18,535 milhões de contos os resultados líquidos, e para 51,9 milhões o "cash flow" antes de impostos, o BTA conseguiu registar um crescimento anual de respectivamente 91,47 e 40,9 por cento nestas duas rubricas. A dimensão do banco também

registou uma expansão considerável. São já cerca de 1,438 mil milhões de contos de activo líquido (mais 32,47 por cento do que em 1990) e perto de 73,9 milhões de contos de capitais próprios.

Por outro lado, ainda falando de dimensão, o BTA tinha em finais de 1991 cerca de 214 estabelecimentos (balcões, postos de câmbio, sucursais e escritórios de representação) ao passo que em igual período do ano anterior esse número era de 182.

A evolução dos depósitos captados foi também muito positiva em 1991, passando de um valor muito próximo dos 600 milhões de contos em 1990, para cima dos 820 milhões de contos no ano passado. Quanto à política de crédito, o BTA mantém uma "política de expansão controlada", orientada para os mercados tradicionais e privilegiando aplicações selectivas e praticamente sem risco.

Em relação aos rácios prudenciais, o Totta tinha no final de 1991 um rácio de solvabilidade de 11,24 por cento, destacando-se, porém, o facto da responsabilidade por pensões não cobertas ter passado de 3,6 milhões de contos em 1990, para um valor nulo no final do ano passado.

No que se refere à expansão desta instituição bancária, é de destacar a abertura, durante 1991, de 30 novos estabelecimentos (nove dependências urbanas, 19 agências e dois postos de câmbio). A par disto, verificou-se uma grande alargamento do conglome-

rado financeiro que gira à volta do Totta, não só pela tomada de capital nas empresas já existentes, como pela constituição de novas sociedades. No final de 1991 o total das participações do Banco estava avaliado em 11,77 milhões de contos, contra apenas 8,83 milhões na mesma data de 1990.

Entre as empresas mais importantes encontra-se a Tottagespart, "holding" do BTA para a área financeira, cujo capital pertence quase na totalidade ao banco. Seguidamente, estão outras empresas como a Tottafinance ("merchant banking" e "corporate finance"), Tottafactor ("factoring"), Tottarent (aluguer de longa duração), Deca — que controla a Gestifundo, Gerigest e Sifta, tendo assim asseguradas as áreas de "asset management", "corporate finance" e "consumer finance" — e

Tottaimo (locação financeira imobiliária). Para além destas, são de destacar a Tottadealer, Totturbe e Emptel, outras sociedades onde o Banco detém participações directas. ■

Armas roubadas em São Tomé

ARMAS E MUNIÇÕES desapareceram nos últimos dias dos paíóis do Exército de São Tomé e Príncipe, afirmou ontem o próprio ministro da Defesa, Albertino Sequeira Bragança. O ministro, que respondia a perguntas da bancada parlamentar do MLSTP-PSD, disse que as armas foram desviadas durante assaltos simultâneos aos paíóis do Quartel-General e do Destacamento do aeroporto internacional. Vinte e oito pistolas de fabrico chinês, três russas, de marca Mararof e uma quantidade não identificada de detonadores são parte do armamento roubado. Albertino Bragança acrescentou que as autoridades estão "na pista de alguns suspeitos", mas escusou-se a avançar mais pormenores sobre o assunto. Trata-se do primeiro incidente do género em São Tomé e Príncipe. ■

De Klerk faz referendo e renuncia se perder

CIDADE DO CABO — Abalado pela derrota para os conservadores na eleição suplementar de quarta-feira, o presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, anunciou a convocação de um referendo em março para os brancos se manifestarem sobre as reformas que vem conduzindo nos últimos dois anos, prometendo renunciar se não receber apoio. A iniciativa foi classificada de racista pelo Congresso Nacional Africano (CNA), para quem a consulta exclusiva à minoria branca pode retardar as negociações que vem mantendo com o governo e outras 17 organizações políticas.

"É uma questão de honra", afirmou De Klerk, que na campanha das eleições gerais de 89 (sem a participação da maioria negra) prometeu consultar o eleitorado branco sobre o rumo das reformas. "Se eu perder, renuncio, o governo renuncia e haverá eleições", afirmou o presidente, em entrevista depois de anunciar a convocação do referendo na câmara branca do Parlamento.

A decisão foi tomada após a eleição para substituir um deputado na cidade de Potchefstroom, onde em 89 o Partido Nacional, de De Klerk, havia vencido com 1.583 votos de vantagem sobre o Partido Conservador. Na última quarta-feira o candidato conservador Andries Bayarsa reverteu a diferença, conquistando por 2.140 votos a vaga que o PN ocupou no Parlamento por 25 anos. Com participação de 75% dos eleitores inscritos, este foi o maior triunfo da oposição oficial em uma série de eleições suplementares desde que o presidente legalizou as organizações anti-apartheid e iniciou as reformas há dois anos.

"De Klerk, o senhor não representa mais o eleitorado branco e não pode

continuar num caminho para o qual não tem mandato", afirmou jubilante o líder do Partido Conservador, Andries Treurnicht, que reivindica a divisão do país, com áreas exclusivas para os brancos. Antes de o presidente discursar no Parlamento, o deputado direitista Casper Uys disse confiar na derrota do presidente no referendo, "porque a nação africana não quer cometer suicídio." Para participar, no entanto, os conservadores querem ter acesso às estações de TV e rádio estatais, e influenciar na formulação da questão que será apresentada aos eleitores no referendo.

Num comunicado conjunto com seus aliados do Partido Comunista e das centrais sindicais, o CNA afirma que a iniciativa de De Klerk "reflete a crise do apartheid e sublinha a necessidade de rumarmos o mais rápido possível para uma sociedade democrática". Presidido por Nelson Mandela, o CNA polariza com o governo as negociações na Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), que debate a formação de um governo de transição e propostas para uma nova Constituição que, entre outras coisas, dê aos negros direito de voto.

Pressionado pelo Partido Conservador, que como a extrema esquerda negra não participa das negociações, De Klerk admitiu que todo o processo pode desandar caso ele seja derrotado no referendo. Ao antecipá-lo para o próximo mês — originalmente seria convocado apenas para aprovar a nova Constituição —, De Klerk parece esperar o apoio dos eleitores do Partido Democrata, empenhado nas reformas, ao mesmo tempo em que ameaça os negros com um futuro bem mais complicado do que as atuais negociações, caso o Partido Conservador chegue ao poder.

Convocação de plebiscito é jogada decisiva para de Klerk

De Chicago

Um dia após o governista Partido Nacional perder uma cadeira no Parlamento para o pró-apartheid Partido Conservador, o presidente sul-africano Frederick de Klerk lançou ontem uma de suas últimas cartas, ao anunciar a convocação de um plebiscito onde a minoria branca deve tomar uma posição definitiva sobre a transição política. A votação acontece dentro de dois meses e em caso de derrota, de Klerk diz que renunciará e convocará eleições gerais.

O presidente fez campanha pessoal no distrito de Potchefstroom, tradicional reduto do Partido Nacional, mas seu candidato, Theuns Kriel, foi derrotado pelo conservador Andries Beyers.

O resultado foi um golpe não só para os reformistas brancos, mas também para o Congresso Nacional Africano (CNA), o principal grupo antiapartheid, empenhado em negociar com o Partido Nacional a instalação de um governo interino e convocação de uma Assembleia Constituinte que conduza a África do Sul para uma transição pacífica e uma era sem discriminação racial.

Na celebração da vitória, o líder conservador Andries Treurnicht disse que o presidente Klerk não tem mais o mandato para "representar a tribo branca". O Partido Conservador não participa das negociações para a transição e barganha para garantir privilégios e poder de veto para a minoria branca na nova Constituição.

O desafio de Treurnicht e as pressões da extrema direita armada aumentam o poder de barganha dos reformistas brancos nas negociações com o CNA, com a justificativa de que a alternativa é um banho de sangue e a desintegração do país. Dirigentes do CNA admitiram ontem que vivem um difícil dilema e que talvez, por razões táticas, sejam forçados a pensar em uma aliança com o Partido Nacional. (Cajo Blinder)

África do Sul

PUBLICADO

SEGUNDA-FEIRA, 24 FEVEREIRO 1992

Referendo em 17 de Março

A DATA do referendo reservado aos eleitores brancos da África do Sul, para que digam por quem é que desejam ser representados nas conversações constitucionais em curso, foi fixada para 17 de Março — anunciou ontem a agência noticiosa sul-africana SAPA, segundo a qual a confirmação será hoje feita no Parlamento.

Os eleitores deverão pronunciar-se sobre se o Governo do Presidente Frederik de Klerk deverá ou não continuar a negociar com os negros, os asiáticos e os mestiços o futuro do país, depois de haver sido derrotado a semana passada numa eleição parcial.

Se acaso uma maioria do eleitorado branco disser não ao Governo, serão convocadas elei-

ções só para brancos e é de admitir, pela primeira vez em 44 anos, pelo menos teoricamente, uma derrota do Partido Nacional.

Nessa hipótese, porém, a lei eleitoral ainda poderia ser alterada, antes das eleições decisivas, de modo a diminuir o peso das regiões rurais, geralmente feudos do Partido Conservador, de extrema-direita.

No entanto, e apesar de todo o radicalismo recentemente patente nos meios rurais, o Partido Nacional e o Presidente de Klerk ainda creem que poderão vencer o referendo, mesmo que não seja por larga margem.

Uma das possibilidades é a do Partido Conservador, de Andries Treurnicht, boicotar a consulta ao eleitorado. E a fim de anular tal estratégia os nacio-

nalistas teriam então de garantir a ida às urnas de mais de metade da população branca.

Enquanto isto, o "Sunday Times", de Joanesburgo, noticiou que o Governo e o ANC já chegaram a um acordo secreto sobre a administração interina e a Assembleia que aprovará a nova Constituição.

O mesmo semanário previu que De Klerk consiga o voto de 57 por cento dos eleitores brancos chamados a pronunciarem-se sobre as suas reformas e o processo negocial em curso.

Ainda ontem, o Presidente disse ao jornal "Rapport" que a sua eventual derrota abriria uma crise terrível para a África do Sul, e um isolamento maior do que o verificado durante os piores dias do "apartheid". ■

De Klerk joga tudo por tudo

FRÉDÉRIC BÉGIN / SETA-FERRA, 21 FEVEREIRO 1992

As reformas na África do Sul estão ameaçadas. Após uma humilhante derrota numa eleição local, De Klerk não quer ser um novo Gorbatchov

e joga tudo por tudo, convocando um referendo entre a população branca, cada vez mais dividida. Para Mandela, este referendo tem a "marca do racismo".

Vinte e quatro horas após a estrondosa vitória dos adeptos do apartheid na eleição teste de Potchefstroom, o Presidente Frederik de Klerk anunciou ontem a realização de um referendo entre a população branca sobre as reformas políticas na África do Sul.

Falando perante as câmaras branca, indiana e mestiça do Parlamento, reunidas em conjunto na cidade do Cabo, De Klerk esclareceu que o referendo teria lugar "até ao fim de Março" e que a data exacta e a pergunta a ser feita ao eleitorado seriam fixadas na próxima semana. Mas adiantou que o que será perguntado aos brancos é se o Governo deve ou não prosseguir as negociações com os partidos da maioria negra na Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA), que visa estabelecer as grandes linhas da futura Constituição do país.

Em caso de resposta negativa, De Klerk e o seu Governo apresentarão a demissão, o que implicará a convocação de novas eleições legislativas entre os brancos. Numa conferência de imprensa, ontem à tarde, o Presidente disse que convocação do referendo era "uma questão de honra" e declarou-se convicto de que "os eleitores estarão maioritariamente inclinados a votar positivamente". Pediu aos negros que não vissem neste referendo um "veto das reformas políticas", mas admitiu que, se perder, estas correrão sérios riscos.

Esta iniciativa de De Klerk segue-se à derrota humilhante do seu partido numa eleição local, em Potchefstroom, uma pequena cidade universitária de domínio

boer, a 120 km de Joanesburgo. O candidato do Partido Conservador (CP, extrema-direita), Andries Beyers, arrebatou o lugar ao candidato do Partido Nacional, por 9746 votos contra 7606, invertendo a votação tradicional na cidade, até agora feudo do Partido Nacional, no poder.

A vitória do candidato do apartheid foi celebrada em conjunto pelos adeptos do CP e pelos neonazis do AWM (Movimento da Resistência Africander), de Eugene Terre-Blanche, com gritos de insulto a De Klerk e Nelson Mandela. E Andries Treurnicht, líder do CP, invocando o "direito do povo boer à autodeterminação", contestou que De Klerk representasse os brancos, assim como a legitimidade da política governamental de desmantelamento do apartheid.

Síndrome Gorbatchov

Segundo a imprensa e observadores sul-africanos, o eleitorado branco está inseguro

quanto ao resultado das negociações na CODESA e ao futuro que lhes está reservado. Por outro lado, reage à incapacidade governamental de pôr termo à violência e à criminalidade — só na noite de quarta para quinta-feira foram mortas sete pessoas e feridas 24 nos "ghettos negros de Joanesburgo" —, de resolver a crise económica nas minas e na agricultura ou a degradação da educação dos brancos, afectada por recentes cortes orçamentais.

Para o "Star", de Joanesburgo, a eleição de quarta-feira é o "sinal de alarme" para De Klerk. Um professor de Ciências Políticas, Willelm Kleynhans, disse a um jornal de Joanesburgo que os efeitos da eleição de Potchefstroom foram "devastadores". Doravante, "ninguém poderá ignorar os conservadores na criação da nova África do Sul [...] Sabe-se agora quem fala pela maioria do eleitorado branco".

Um alto funcionário, não identificado e citado pela Reuter, comentou que as classes médias e altas distanciam-se publicamente dos

conservadores mas, "no fundo do coração, têm a mesma mentalidade".

Um outro diplomata observou à Reuter que o Governo ia bem "nas

conversações no topo mas esquecia-se de trabalhar no terreno".

Outro sinal de alarme e da divisão do eleitorado branco é uma sondagem telefónica feita ontem "a quente", por uma rádio de Joanesburgo, uma das áreas mais liberais do país: 2874 inquiridos manifestaram-se a favor da continuação das reformas, 2872 contra.

Um politólogo, Wim Booysse, advertiu que "o Presidente tem de dissipar depressa as dúvidas dos brancos, sob pena de ver acenderem-se os sinais vermelhos". E acrescentou, em declarações à Reuter, que o ANC e o Governo devem fazer mais concessões à população branca, o que não é fácil quando os dirigentes negros "estão ansiosos por chegar ao poder, após um século de exclusão".

Analistas políticos especulam quanto ao risco de De Klerk vir a conhecer o mesmo destino de Mikhail Gorbatchov. "Como Gorbatchov, é celebrado no estrangeiro, mas está cada vez mais isolado em casa", disse à Reuter um outro diplomata. Resta dizer que, entre a população negra, a popularidade do Presidente tem estado a subir.

ANC condena

O Partido Conservador qualificou de "gesto de pânico" a iniciativa de De Klerk, mas disse "aceitar o desafio". O líder do Partido Democrático (que representa a ala branca liberal), Zach de Beer, disse que se De Klerk perder o referendo, criar-se-á "uma situação gravíssima".

O ANC, de Nelson Mandela, e a central sindical COSATU rejeitaram imediatamente a própria ideia de um referendo "racial e étnico e toda e qualquer acção que vise dar aos brancos um direito de veto sobre o futuro do país". Para o ANC, uma votação reservada a brancos tem "a marca do racismo" e vai "atrasar o movimento para a paz e a justiça".

Para já é evidente que a realização do referendo implicará a suspensão ou o esvaziamento das negociações em curso com a maioria negra. ■

O JORNAL

21 de Fevereiro de 1992

Conservadores vencem De Klerk

O Partido Nacionalista, dirigido pelo reformista Frederik de Klerk, sofreu um sério revés nas eleições intercalares de Potchefstroom face ao Partido Conservador, que venceu por 56 por cento dos votos expressos. A deslocação do voto, na pequena cidade localizada a 120 quilómetros de Joanesburgo, da força política majoritária para a direita, cujo líder, Andries Treurnicht, se opõe às negociações em curso com a maioria negra, é encarada como um preocupante indício de falta de apoio político da comunidade branca às alterações do regime conduzidas por De Klerk.

Frederik de Klerk

Após uma derrota eleitoral perante os adeptos do "apartheid", De Klerk joga "tudo por tudo" e convoca um referendo. Quando ele iniciou a grande mudança na África do Sul, alguns politólogos falaram da "pretoristorika". Hoje, dizem analistas, aproxima-se perigosamente da sina de Mikhail Gorbatchov: popular no estrangeiro, isolado em casa. Entre os brancos, entenda-se.



Sociedade fragmentada ameaça África do Sul

Fernando Ewerton
Enviado especial

CIDADE DO CABO — O mundo em um país. O slogan do departamento oficial de turismo reflete o orgulho e o drama da África do Sul — um território rico no sub-solo, diverso na paisagem e dividido na população. Mesmo com o desmantelamento das leis segregacionistas do *apartheid*, o surgimento de uma nova nação, capaz de unificar brancos, negros, mestiços e indianos sob a cidadania sul-africana, enfrenta resistência em quase todas as comunidades, acostumadas a se estranhar, temer e até odiar.

A convocação de um referendo para os brancos se manifestarem sobre as reformas do presidente Frederik de Klerk, anunciada por ele quinta-feira passada, aumentou as incertezas quanto às chances de uma transição pacífica para a prometida democracia multi-racial. Ninguém sabe o que pode acontecer se o governo perder e cumprir a promessa de renunciar, cedendo às pressões da direita determinada a lutar, armada se preciso, pela criação de um Estado independente só para os brancos.

A idéia é basicamente a mesma que inspirou o *apartheid* desde as primeiras leis segregacionistas do início do século — a noção de que os brancos deveriam desenvolver-se em separado dos outros grupos étnicos e raciais que habitam o país. Mas a herança de oito décadas de discriminação legal é mais do que um sistema econômico e social distorcido. A legislação que determinava as áreas onde cada comunidade deveria viver, impedia o livre trânsito das pessoas e proibia casamentos e relações sexuais inter-raciais, enraizou diferenças culturais que hoje dificultam ainda mais a tarefa de construir um país.

"Temos uma história de separação. É como todos nós a pensamos, em comunidades separadas. Superar esta idéia é um dos desafios", admite Sandy Shaw, branco de 51 anos, diretor de planejamento do Serviço de Desenvolvimento Constitucional, que auxilia o governo na formulação de propostas a serem levadas à Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa) — onde 19 organizações políticas negociam uma solução pacífica para a era pós-*apartheid*.

Diferenças — "Nunca tivemos uma nação", resume o jornalista negro Thabo Leshilo, de 28 anos, lembrando que "as pessoas nem querem as mesmas coisas. Os brancos gostam de rugby, golfe e bridge, enquanto os

pretos preferem futebol." As diferenças não são tão simples, e superá-las demanda tempo. O próprio jornal onde Leshilo trabalha em Johannesburg, *The Star*, está há quase dez anos tentando unificar suas edições para brancos e negros, a fim de ser "uma janela para o que as pessoas não conhecem".

Mas nem todos querem superar a diferença. A vitória do Partido Conservador nas eleições suplementares da semana passada em Potchefstroom — que levou De Klerk a convocar o referendo — reflete a insatisfação do eleitorado branco com o rumo das reformas, a violência e a crise econômica. "Queremos que a maioria (branca) nos apoie, e no momento em que conseguirmos isso o que for decidido em Codesa será irrelevante, pois não haverá paz se nosso povo não tiver liberdade para escolher seu futuro", afirma o deputado conservador Corne Mulder ao explicar por que seu partido não participa das negociações para uma nova Constituição e insiste na realização de eleições só para brancos.

A exigência parece absurda diante da expectativa de quase 28 milhões de negros que nos últimos dois anos viram nascer a chance de votar e chegar ao poder. Mas a perspectiva de trocar o Terceiro Mundo das favelas em que vivem pelo Primeiro Mundo das cidades onde moram os brancos preocupa o próprio Congresso Nacional Africano (CNA), principal organização anti-*apartheid*, cuja liderança reconhece a impossibilidade de reverter a situação a curto e médio prazos.

A necessidade de elevar o nível de vida da maioria, com a criação de empregos e a construção de casas, é reconhecida por todos. O quadro é agravado pelo crescimento populacional de 3% ao ano entre os negros — contra 0,9% dos 5 milhões de brancos — e assusta mestiços e indianos, espremidos entre os dois grupos. Se durante os anos do *apartheid* os não-brancos tinham a união o opressor comum — apesar da tentativa do governo de isolar os negros em 83, ao criar uma câmara para os mestiços (com 85 deputados) e outra para os indianos (com 45) —, o fim do regime segregacionista evidenciou as diferenças entre cada comunidade.

Dispersos — Nem todos os grupos estão igualmente espalhados pelo país, têm o mesmo estilo de vida ou falam a mesma língua. Oitenta e cinco por cento dos 3,2 milhões de mes-

tiços concentram-se na província do Cabo, e a mesma proporção têm o africâner como primeiro idioma. A maioria dos quase 1 milhão indianos vive em Natal e usa o inglês, além de dialetos de seus antepassados. Entre os negros, 36% falam zulu e apesar de o inglês ser apontado como a provável língua oficial do país pós-Codesa, em alguns lugares é difícil encontrar alguém que o fale fluentemente.

Indiferente, a crise econômica atinge a todos, agravada pelas sanções que secaram a fonte de recursos externos. Para suprir a demanda de empregos e investimentos sociais, De Klerk estima que o país precisa crescer 5% ao ano para reduzir distorções como a existência de 750 mil negros desempregados em junho de 1990, contra pouco mais de 30 mil brancos, mestiços e indianos. Mas o próprio governo admite que estes números são precários, por não levarem em conta o setor informal que cresce rapidamente.

Ao iniciar o processo de reforma, o presidente destampou a panela de pressão em que o país se transformou ao longo de 350 anos de história. Isolado interna e externamente, o governo procurou uma saída pacífica capaz de conduzir a uma democracia multi-racial. Mas apesar da integração que leva negros, brancos e mestiços a compartilharem bares na liberal Cidade do Cabo, o fim da discriminação oficial revelou as várias faces de uma sociedade dividida pelo passado, com sérias dúvidas quanto ao futuro.

Maioria não tem voto e quer poder

"Bem-vindo ao meu país." A ênfase do jornalista Arthur Molefe no pronome possessivo reflete a noção frequente entre os negros de que a África do Sul lhes pertence. "Nós somos a maioria", diz ele, mesmo reconhecendo fazer parte de "um povo terrivelmente dividido, e não um grupo homogêneo como foi retratado no passado".

As diferentes tribos e etnias que formam o contingente de 28 milhões de negros não são tão complicadores do processo de negociação do futuro. Há rivalidades históricas, como as que separam zulus e xhosas, mas também divergências políticas, que alimentam a luta entre militantes zulus do Congresso Nacional Africano (CNA) e do Partido da Liberdade Inkatha.

Aos 47 anos, Molefe é sub-editor do jornal dominical *Cuy Press*, que em dez anos de existência conquistou mais de 1 milhão de leitores negros, em média. Mesmo afirmando não saber se é "capaz de perdoar e esquecer" o fato de ter passado quatro meses preso em 1977 sem nenhuma acusação formal, ele afirma que não há sentimento de revanche entre os negros. "Aprendemos a lição de Moqumbane, que pagou um grande preço" pelo êxito dos brancos, explica.

Pode ser, mas nem todos pensam assim. Ao aparecer na corte de Bloemfontein em janeiro, acusado de matar um fazendeiro branco e sua família, o negro Gabriel Mphahlele, de 42 anos, virou-se para a plateia recheada de integrantes do direitista Movimento de Resistência Africana (ARW) e disse: "O dia de vocês vai chegar."



Divididos, os brancos se armam

A ameaça não expressa a vontade da maioria em encontrar uma solução pacífica, mas espelha o ódio acumulado em mais de 40 anos de uma rigorosa legislação que alijou os negros dos direitos ao voto, à propriedade, à liberdade de movimentos e à sua própria identidade. Um ódio alimentado pelo constrangimento de carregar um passivo definido em áreas de acesso e moradia, fora das quais qualquer um podia ser preso durante o dia ou à noite.

A face mais visível desta política são os townships, distritos na periferia das grandes cidades, com casas construídas pelos governos locais para alojarem separadamente negros, indianos e mestiços. O maior de todos é Soweto, criado em 1931 a cerca de 15 km do centro de Johannesburg, e que hoje tem uma população estimada entre 2,8 e 3,1 milhões de habitantes.

Revolta — Foi em Soweto que, em 1976, começou a revolta dos estudantes contra o ensino do africâner como língua oficial. Foi de lá que se espalhou a campanha contra o pagamento dos alugueis cobrados pela municipalidade, que resultou na falência dos serviços públicos, como a coleta de lixo, e na suspensão da construção de novas casas — que somada ao fim do controle migratório contribuiu para a expansão dos perifericos *squatter camps*, com barracos de zinco, madeira e latão no estuário das favelas brasileiras.

Com ruas asfaltadas e calçadas de terra, Soweto ocupa uma área de 110 quilômetros quadrados (pouco menor que Niterói), divididos em subúrbios, cada um com predominância de uma determinada etnia. Há áreas de mestiços e indianos, apesar de uma razoável integração entre rothos, xhosas, zulus e tswanas, os grupos negros dominantes. Como em qualquer cidade do Terceiro Mundo, a violência brota nos locais onde o desemprego é maior, particularmente nos albergues masculinos que alojam, em grande parte, milicianos do Inkatha.

A maioria da população vive nas chamadas *casas de sisfoso* (*match-box*) — casas de alvenaria, em centro de terreno, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro dentro ou fora, construídas e alugadas pela prefeitura de Johannesburg. Poucas têm gás encanado, e só a partir de 81 todas passaram a ter luz. Mesmo assim, Winnie Mance, tswana de 29 anos, acha que sua casa "não é suficientemente confortável". Não é para menos. Como a maioria das famílias negras, ela vive com os pais, o avô e duas filhas, de 9 anos e 3 meses.

Para Mance, a vida "não mudou realmente" com as reformas introduzidas por De Klerk. Ela reclama da violência "que aumentou muito", forçando-a a trocar o trena pelos táxi-lotação para ir trabalhar como enfermeira num hospital de Johannesburg. Sonhando em ter "uma casa neta ao redor da casa", Mance acha que "o futuro vai ser pior" devido à falta de empregos e escolas, e admite a possibilidade de votar no Partido Nacional, do presidente De Klerk, em busca de estabilidade.

A expectativa negativa, entretanto, não é majoritária. Para muitas a simples possibilidade de um governo negro é sinal de um futuro melhor. "Ele vai olhar por nós e vamos ter empregos, coisa que agora não há", afirma John Madonsela, zulu de 23 anos, camelô nas ruas de Pretória, a 52 km de Johannesburg. Desconfiado, com cicatrizes no rosto, ele é o próprio símbolo da geração perdida, que abandonou a escola aos 13 anos para trabalhar ou entrar na luta. E mesmo negando apoiar qualquer grupo político, se diz pronto a votar no CNA.

A esperança de Madonsela num futuro melhor a curto prazo é uma das preocupações de Malele no *City Press*. "Nosso jornal diz que as coisas não vão mudar imediatamente se tivermos um governo negro", explica o subeditor, que apesar de tudo não pretende votar. "Me sinto mais confortável assim. Só quero que não interfiram em minha família." (F.E.)

Os brancos sul-africanos estão em alerta de guerra. A convocação de um referendo para que se manifestem quanto ao programa de reformas do governo ameaça empolgar a comunidade, dividida entre os reformistas que apoiam o presidente De Klerk, e os conservadores liderados por Andries Treurnicht, que sonham em ter um Estado só para eles.

A verdade é que os brancos nunca foram uma sociedade tão homogênea como a capa de *apartheid* fazia parecer. Unidos nos benefícios da cor e na repressão aos negros, africanos e anglofônos guardam divergências históricas que remontam a 1795, quando a Colônia do Cabo passou do domínio holandês para o britânico. A inserção com a nova metrópole deu origem à Grande Jornada (*Great Trek*), entre 1834 e 1836, em que cerca de 6 mil africanos, descendentes dos colonos holandeses, rumaram para o Norte em busca de terras e liberdade.

A peregrinação é o marco da cultura africâner e levou ao surgimento de que hoje é o território sul-africano. Para estabelecer suas duas repúblicas (Transvaal e Orange Free State), eles enfrentaram os zulus e fizeram duas guerras contra os britânicos. Perderam a última, de 1899 a 1902, e com ela a independência.

Em 1910 os britânicos nos devolveram não apenas posses antigas repúblicas, mas também suas ex-colônias de Natal e do Cabo. Esse foi o maior erro da nossa história. Eles foram embora e nos deixaram como o poder colonial na posição de governar os outros grupos", afirma o deputado conservador Corne Mulder, de 34 anos, para explicar porque defende a redivisão do país.

Na época, porém, ninguém reclamou — a exceção dos negros, é claro. Em busca de reconciliação entre as duas comunidades, após a morte de 24 mil africanos nos campos de concentração britânicos durante a guerra anglo-boer, a antiga metrópole, ao passar o poder para o Parlamento do novo país, concordou em deixar aos brancos locais a decisão de dar ou não voto aos negros, que até hoje lutam por este direito.

A prosperidade resultante do período de emprego e 17% das terras não foi suficiente para integrar os dois grupos. Até hoje, um jovem africâner nascido e criado numa cidade do interior do país só tem contato com um descendente britânico no serviço militar, exclusivo e obrigatório aos brancos. Como a maioria é africana (60%), a comunidade assumiu gradativamente o poder, diluindo os valores calvinistas que acabaram usados para tentar justificar o regime de segregação.

A reação às reformas de De Klerk no entanto, supera a herança genética. Sua motivação é o medo de perder privilégios acumulados desde 1911, mascarados sob a defesa de suas tradições. Se ao ser fundado em 1962 o Partido Conservador concentrava seu apoio no campo e na comunidade africâner, ele agora se espalha entre trabalhadores brancos de menor renda, mais ameaçados pela perspectiva de um governo negro.

"Cada vez os brancos ficam mais aprensivos com o que vêem. Muita gente apóia as mudanças, mas desde 80 as coisas têm ficado pior", afirma Arthur Königkrämer, diretor do jornal zulu *Umgang*, de propriedade do Partido da Liberdade Inkatha. Chefe branco em uma redação de jornais negros, que escrevem para a comunidade negra de Natal, Königkrämer acha que o rumo das reformas "depende se De Klerk vai conseguir restaurar a lei e a ordem. Se isso não ocorrer, o Partido Conservador estará pronto de formar um novo governo".

A possibilidade é real: depois que o presidente prometeu renunciar se não obtiver apoio no referendo de março. A iniciativa, ousada e extrema, é vista como tentativa de reforçar sua liderança entre a própria comunidade. Antes mesmo de o referendo ser convocado, muitos eleitores do Partido Democrata — a terceira força política branca, com 33 deputados na Assembleia, contra 101 do Partido

Nacional e 43 conservadores — já admitiam votar no PN para conter o avanço conservador.

Mesmo que perca o referendo, a direita não admite abandonar a luta pelo auto-determinação em seu próprio Estado. A possibilidade de se submeter a um presidente negro como Nelson Mandela é descartada com veemência por Corne Mulder. "Ele tem todo o direito de ser o líder do seu povo. Mas não aceito que governe o meu povo. Se ele tem dúvidas deste tipo vamos ter problemas", afirma.

Enquanto Mulder ainda acredita num processo negociado para conseguir seu Estado branco, outros setores da direita se armam para defender suas propriedades. A principal ameaça vem do Movimento de Resistência Africâner (AWB), de Eugene Terre Blanche, com cerca de 15 mil membros divididos em comandos militares prontos para ação. Oficialmente, há mais de três milhões de armas licenciadas no país, a grande maioria em poder dos brancos.

A questão parece ser até que ponto o presidente controla o aparato estatal e as forças de segurança, onde o Partido Conservador tem grande penetração. Mesmo que vinga o referendo, De Klerk terá de contar com elas para reprimir eventuais aventuras armadas da direita, em busca de independência, ou levantes negros a fim de acelerar o processo. Um dilema que deixa poucas esperanças de uma transição totalmente pacífica ao que quer que venha a ser a África do Sul *post-apartheid* (F.E.)

Mestiço fica sem espaço e identidade

"Nós somos os verdadeiros sul-africanos. No futuro, todos serão mestiços." A perspectiva do deputado Peter Hendrickse, representante do Partido Trabalhista no comitê de gerenciamento de Codesa, além de deixar arrepiados os brancos e negros que sonham em preservar intactas suas raças e tradições, retrata uma das muitas faces da África do Sul, a comunidade de 3,2 milhões de pessoas classificadas como *coloreds*, resultado da miscigenação entre os nativos hotentotes que habitavam a atual província do Cabo, os primeiros colonos brancos, escravos importados do Oriente e os negros que vieram do norte.

"Nós provamos que a integração funciona", afirma Hendrickse, admitindo que "não há uma cultura mestiça" a ser preservada como reclamam os outros grupos. A própria comunidade, 13% baseada no Cabo e arredores, é composta de dois sub-grupos: os griquas, resultado da mistura entre hotentotes e brancos, e os indianos, descendentes de singaleses, chineses, indonésios e malgaxes, unidos pelo islamismo.

A própria identificação do mestiço é complicada. Quando foi decretada a Lei de Registro da População, na década de 50, o governo usou como critério a herança de cada um, dividindo famílias pelo sangue. E o caso de Freda Allen, de 63 anos, cujos pais passaram na ilha de Santa Helena, no Oceano Atlântico, e que se casou com um escocês teve de ir à Suprema Corte para tentar uma reclassificação a fim de continuar morando num lar branco. Não conseguiu.

Africa — "Eu estava atarefada com o que eu era, mas meu marido teve problemas", conta ela. Os oito filhos e 17 netos do casal foram registrados como mestiços, apesar do direito de serem classificados como brancos, por terem pai e avós europeus. "Mas se o fizéssemos eles não poderiam morar comigo", explica Freda, relações públicas do conselho local de Mitchell's Plain — distrito com cerca de 400 mil pessoas, construído a 27 km da Cidade do Cabo para alojar os mestiços retirados de áreas que nos anos 60 e 70 tornaram-se exclusivas dos brancos.

Mesmo tendo sua vida radicalmente africana pelo *apartheid*, Freda Allen admite a possibilidade de votar no Partido Nacional. "A maioria negra não vai dar espaço para nós", prevê. Expectativa semelhante tem a gurgoneze Francisca, de 29 anos, que se acredita num futuro melhor para a geração da filha, de 10 anos. "Enquanto houver essa divisão entre pretos e brancos vai haver atrito", afirma, risonha, sem temor com uma frase: "Os pretos não gostam de nós".

Com a maioria dos mestiços, nenhuma das duas votou nas eleições para a Câmara dos Representantes, criada pelo governo em 83. "Estes deputados só representam a si mesmos", justifica Jeffrey Kleinemith, editor do jornal quinzenal *Peoples Express*, direcionado à comunidade negra de baixa renda dos arredores da Cidade do Cabo.

Indiano luta para não ser 'estrangeiro'

Se ficar o preto certo, se mudar o branco errado. O dilema ronda os quase 30 mil indianos que vivem em Isipingo, um distrito a 20 km do centro de Durban, na província de Natal, declarado exclusivo da comunidade em 1975. "Sofremos dos dois lados", afirma o administrador local, V.M. Moodley, que mesmo assim aposta na convivência com ambos os grupos. "Não há possibilidade de nos isolarmos".

Mas a integração não é fácil. Há hoje cerca de 1 milhão de indianos na África do Sul, 80% deles na província de Natal, onde começaram a chegar em 1860 para substituir os zulus nas lavouras de cana-de-açúcar. Os que foram para Isipingo após o término de seus contratos de trabalho abriram as portas para a migração voluntária de comerciantes, médicos e advogados, que com o tempo passaram a ser vistos como uma ameaça aos interesses brancos.

Entrincheirados em suas tradições, os indianos construíram suas próprias escolas — com aulas em inglês — dadas por professores indianos —, prosperaram no comércio e na indústria e alcançaram um padrão de vida comparável ao dos brancos em alguns setores. Isto apesar de serem vistos pelos outros grupos como estrangeiros, onde o governo sonhava repatriá-los em 1961, depois de ter proibido sua migração em 1913 e restringido seus direitos à propriedade na década de 40.

"Mas sobrevivemos", afirma Baldeen Dookie, vice-presidente do Partido Solidariedade, que domina a Câmara dos Deputados, onde em geral se alia com o governo — ao qual Dookie é o único ministro indiano. Hindu, como 70% de sua comunidade, ele defende o direito de cada grupo "manter seus valores e suas tradições", e considera essencial a ideia dos brancos de que todos pretendem se mudar para suas áreas, após a abolição da lei que por 41 anos definiu áreas de residência de cada comunidade. "Eu quero fora de casa e não como carne churrasco no quintal", afirma.

A migração, agora condicionada ao poder econômico, já aconteceu e gera problemas preocupados com a proibição de favelas ao redor de Isipingo, que aumenta a insegurança e desvaloriza os imóveis, alguns indianos já compraram casas em antigas áreas brancas, como Moss Clau. A rejeição a alguns futuros moradores, porém, levou a balas de revólver nas causas de e com filhos ameaçados repressão, e comsumaram a mudança.

Os que não podem se mudar continuam com grades, para evitar assaltos cada vez mais frequentes. Até 81 a prefeitura financiava a construção de casas de dois e três quartos, mas a falta de recursos faz com que agora o conselho local, segundo Moodley, possa dar apenas "um pardeão, o teto e as portas, às vezes pintadas", em no máximo 53 metros quadrados. Um problema nesta comunidade em que até três gerações moram na mesma casa.

Se as moradias estão pequenas, as ruas de Isipingo também parecem ter diminuído, tomadas por caminhões negros, que disputam ruas os indianos as poucas vagas no mercado de trabalho. E não adianta para os indianos sentir empregar apenas membros de sua comunidade nas lojas do bairro, sob o risco de vê-las licenciadas para consumidores negros, dos quais dependem.

"Por enquanto as coisas estão ficando mais difíceis", lamenta Mohammed Shiek, 36 anos, há 32 em Isipingo. Caixa de uma mercearia, ele evita envolver-se em política, e apesar de achar que o futuro "pode ser melhor para todos, desde que haja equidade", não pretende votar na esperada primeira eleição multi-racial. Na verdade, já poderia votar logo nas duas eleições para a Câmara dos Deputados indianos — cuja criação, segundo o administrador Moodley, "só serviu para aumentar o ódio entre nós e os negros, que se sentem com suas mãos limpas." (F.E.)

África do Sul Mandela namora homens de negócios

Quarenta por cento da população activa encontra-se no desemprego

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

O ANC anunciou que vai elaborar um novo código sobre investimento estrangeiro, na África do Sul, o que é interpretado como uma tentativa para reduzir os receios dos investidores externos relativamente à política de nacionalização preconizada pelo movimento maioritário negro.

Numa conferência de imprensa realizada na sua mansão, no Soweto, o líder do ANC, Nelson Mandela, afirmou: «Nesta minha recente visita a diversos países da Europa e, especialmente, durante o Fórum Económico de Davos, na Suíça, verifiquei que o clima de hostilidade às nacionalizações na futura África do Sul era de cortar à faca, é algo que assusta os homens de negócios, e nós, neste país, devastado economicamente pelo "apartheid", vamos necessitar, de facto, dos investidores.»

De Klerk ameaça demitir-se

EXPRESSO
22 DE
FEVEREIRO
1992

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik De Klerk, ameaçou demitir-se do cargo e provocar eleições gerais antecipadas se sair derrotado no referendo a realizar «em breve» sobre a sua política de reformas.

Este aviso-ameaça de De Klerk surge na sequência da derrota que o seu partido sofreu nas eleições parciais de quarta-feira, em Potchefstroom. A população branca desta cidade, que foi chamada a eleger um deputado para o Parlamento nacional, acabou por rejeitar de facto, na opinião da maioria dos analistas, a estratégia reformadora de De Klerk, dando a vitória ao Partido Conservador — que é o seu rival mais representativo e que se recusa a participar no processo negocial com a maioria negra, a decorrer na CODESA (Convenção para uma África do Sul Democrática).

Todavia, no contacto com os jornalistas no Soweto, Nelson Mandela reiterou que a «nacionalização interna» continua a ser a política oficial do ANC, para corrigir os desequilíbrios económicos causados pelo sistema segregacionista.

Acrescentou que as nacionalizações são vistas, pela sua organização política, como a «única estratégia adequada para tratar dos problemas que um governo democrático terá de resolver, na sua tarefa de corrigir o passado».

O líder do ANC confessou não ter conseguido reunir elementos que pudessem convencer os líderes económicos mundiais da pertinência da política do seu movimento.

Mostrando a sua preocupação nesta matéria, Mandela afirmou que o Congresso Nacional Africano pretende atrair novos investimentos à África do Sul, «numa altura em que um governo de transição se encontra na forja». Reconheceu que a política de nacionalizações constitui «uma ameaça a esse investimento».

Referindo-se ao governo de transição, Mandela sublinhou que a primeira tarefa desse executivo será proceder ao levantamento de todas as sanções, com excepção das relativas à comercialização de armas e petróleo, e o encorajamento do investimento.

A economia sul-africana atravessa uma situação muito difícil. O desemprego atinge 40 por cento da população activa e a fome aflige largos milhares de pessoas, negras e brancas, num país considerado, até há pouco, próspero.

Respondendo à alegação feita pelo líder dos conservadores, Andries Treurnicht, de que «o Partido Nacional já não representa a população branca junto da CODESA», o Presidente sul-africano convocou um referendo para que a minoria branca se pronuncie «sobre quem deverá negociar o futuro constitucional do país».

Para este teste — que será decisivo, não só para o futuro do «Gorbatchov de Pretória», mas também para a própria evolução política da África do Sul — o Governo de De Klerk sai à partida com índices de popularidade em quebra contínua. Mas, a seu favor, jogam também fortes argumentos: o desmantelamento do «apartheid» atingiu um ponto de não retorno; negociar com o ANC e Inkhata é a única saída possível para garantir a segurança da minoria branca; e o de que, só com uma Constituição democrática, a África do Sul se integrará plenamente na comunidade internacional.

A De Klerk coloca-se a tarefa de conseguir convencer os brancos sul-africanos de que só com o Partido Nacional esses objectivos poderão ser atingidos: «Penso que a procura

Manobras dilatórias

O Presidente sul-africano, De Klerk, teve um deputado a menos que o Partido Conservador, a extrema-direita racista, na eleição para preencher a vaga no círculo eleitoral de Potchefstroom, eleição essa reservada exclusivamente a brancos. Numa altura em que não se fez mais do que iniciar o processo constitucional de abolição do "apartheid", esta questão teria pouca importância se apenas representasse a perda de um deputado por uma maioria — a do Partido Nacional — que dentro de pouco tempo será supérflua. Porém, não é irrelevante se se considerar que reforça a posição dos racistas sul-africanos, que não se dão por vencidos na sua luta para manter a injusta supremacia racial. Os conservadores exigiram a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições, o que é um contrassenso, porque a maioria do Partido Nacional, encabeçada por De Klerk, não está ameaçada.

Contudo, o Presidente, tendo já embarcado de forma irreversível no desmantelamento do apartheid, contestou o revés eleitoral com uma manobra hábil e perigosa: o anúncio da convocação de um referendo em que se perguntará, uma vez mais exclusivamente à população branca, se está disposta a correr o risco de deixar o futuro do país nas mãos de um partido decidido a obstruir o curso da História e enfrentar a população de cor. De Klerk anunciará brevemente a data do referendo que terá lugar sem dúvida antes do final de Março, altura em que se deverá reunir novamente a conferência constitucional onde participam os representantes de toda a população (CODESA).

De Klerk deveria ter-se abtido de fazer qualquer coisa. Sabe que quem pretende manter vivo o sistema vai tentar pôr todos os entraves possíveis ao seu desmantelamento e, como todos os reformadores, dá demasiada importância à resistência à mudança. Deveria ter esperado pela realização da conferência constitucional. Por que um referendo e não umas eleições gerais? Deveria ter pensado que um referendo seria mais arriscadas e mais fáceis de perder. (...)

É possível que o referendo anunciado por De Klerk se realize e é provável que ganhe o Partido Nacional, porém, decerto, terá pouca influência no curso dos acontecimentos. Estes passam, como é sabido, pela CODESA, e não por negociações e confrontos no seio da minoria branca.

"El País", 23-2-92

de eleições gerais antecipadas (ainda reservadas só a brancos) poderia desencadear mais violência», disse De Klerk no Parlamento.

Entretanto, a CODESA obteve o mais importante avanço até agora conseguido ao nível da revisão constitucional — e que, se De Klerk sair vitorioso do referendo, poderá acelerar um consenso quanto ao Governo interino a estabelecer no país — ao selar um acordo geral quanto à consignação constitucional dos poderes executivos regionais.

O JORNAL Sexta-feira, 21 de Fevereiro de 1992

EDF: cooperação com a África do Sul

EDF (Electricité de France) acaba de assinar esta semana dois contratos na África do Sul. O primeiro diz respeito à electricidade do país, projecto de que virão a beneficiar perto de 3 milhões de residências. Os trabalhos deverão estar terminados até 2002.

O segundo contrato refere-se à interligação da África do Sul com os países vizinhos que dispõem de grandes barragens hidroeléctricas, como sejam o Zimbabwe (Victoria Falls), Moçambique (Cahora Bassa) e a Namíbia.

O GLOBO
22/02/92

Plebiscito pode levar África do Sul à beira da guerra civil

JOHANNESBURGO — Uma nova onda de violência poderá alastrar pela África do Sul e chegar até mesmo à guerra civil se os direitos brancos se opuserem às atuais reformas políticas para a eliminação do apartheid no país. Esta é a opinião de cientistas políticos sul-africanos sobre o plebiscito a ser convocado pelo presidente Frederik De Klerk. Apenas os brancos votarão no plebiscito.

«É o que chamamos de um tiro no escuro. Se De Klerk perder, poderemos acabar numa guerra civil — comentou David Welsh, professor de ciências políticas da Universidade da Cidade do Cabo.»

Segundo o jornal "Johannesburg Star", o plebiscito deverá ser realizado em meados de março, depois de uma campanha de três ou quatro semanas.

«Se os ultraconservadores do Parlamento triunfarem no plebiscito sobre as reformas constitucionais, a majoritária população negra poderá considerar este resultado uma declaração de guerra — disse o professor Albert Venter da Rand Afrikaans University.»

Inimigo do regime de segregação racial, o semanário "Weekly Mail" afirmou que "se De Klerk perder o país voltará aos mais violentos dias dos anos 80".

Um período de alto risco

PÚBLIC

SABADO 27 FEVEREIRO 1992

Jorge Heitor
com Steven Lang
em Joanesburgo

O anúncio do referendo mergulhou a África do Sul num período de alto risco e grande tensão. Se De Klerk vencer, prevê-se a aceleração do processo de reformas. Mas se perder, teme-se o pior, inclusive uma guerra civil. E ninguém acredita na vitória clara de nenhuma das partes.

A semana de 18 a 25 de Março é a mais admissível para o referendo que o Presidente Frederik de Klerk decidiu efectuar entre a comunidade branca sul-africana e que tanto poderá assinalar o triunfo da moderação como o do radicalismo mais conservador.

Ninguém acredita numa vitória clara de nenhuma das partes (o moderado De Klerk ou os seus adversários ultra-conservadores), mas alguns analistas admitem que — apesar de tudo — o Presidente possa sair reforçado deste autêntico braço-de-ferro que decidiu travar com a extrema direita.

Quanto mais depressa o referendo se efectuar melhor para o Chefe do Estado e para o Par-

tido Nacional, que têm uma máquina bem organizada e que, em certa medida, colheu de surpresa o Partido Conservador, de Andries Treurnicht, que tem mais facilidade numa ou noutra vitória parcial do que num triunfo global.

Os sul-africanos encontravam-se ontem um tanto ou quanto perplexos com a rapidez com que Frederik de Klerk reagira à derrota no círculo eleitoral de Potchefstroom e a procurara transformar a seu favor, perguntando claramente a todos os brancos por quem é que querem ser representados nas negociações com a maioria negra da população.

O dinheiro de grandes empresas mineiras, como a Anglo-American, poderá muito bem ajudar o Partido Nacional a levar a melhor sobre os conservadores e os neo-nazis, mas ninguém garante que a vitória seja de antemão um dado adquirido e que a extrema-direita não esteja muito perto de atrair a si pelo menos 50 por cento do eleitorado branco.

O fantasma da guerra

No caso de uma derrota do Presidente De Klerk e da sua linha reformista, tanto no referendo como nas eleições "só para brancos" que inevitavelmente se seguiriam, a maioria negra levantar-se-ia em armas contra os novos senhores do país e a repressão seria tremenda.

Recusa-se bastante que a campanha prestes a começar, para o referendo a decorrer an-

tes do fim de Março, seja bastante violenta, tanto entre brancos como entre negros e brancos, pois que a normalização da vida no mais importante território da África Austral não é tão fácil como o desejariam alguns optimistas.

Ainda ontem o embaixador de Pretória em Lisboa, P. A. Swanepoel, dizia ao PÚBLICO que a África do Sul está a "ultrapassar os antagonismos do passado". No entanto, devemos observar, essa ultrapassagem é bastante sinuosa, feita de altos e baixos. E para isso bastante contribuem todos aqueles sectores da comunidade branca que se sentem inseguros com a transição em curso e que olham com pavor para a ideia de um país governado por negros (tendo até em conta o triste exemplo que a governação negra foi até agora em muitos países do continente).

O cientista político Willelm Kleynhans previu que haverá necessidade de protecção policial e militar para que De Klerk e os seus ministros possam agora circular pelo país, em campanha, dada a hostilidade que a extrema-direita lhes manifesta, principalmente depois da vitória conseguida esta semana em Potchefstroom.

"Negociações pacíficas"

O embaixador Swanepoel afirmava acreditar que será possível "resolver divergências enraizadas através de negociações pacíficas", mas muitos sul-africanos — da direita e da es-

querda, brancos e negros — não o acreditam.

Frederik de Klerk pretende que "comunidades muito diferentes coabitem dentro do mesmo Estado, na base do respeito mútuo e da não-dominação"; e quer "elaborar uma Constituição democrática que assegurará a protecção dos direitos humanos fundamentais de todos os sul-africanos". Mas antes disso tem de passar a difícil prova do referendo de Março, no qual a sua vontade reformista se confronta com o empedernido Treurnicht e com os neo-nazis de Eugène Terre-Blanche.

Entretanto, aguarda-se com muita expectativa as atitudes que o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan-Africano (PAC), situado à sua esquerda, irão tomar durante as próximas semanas, pois também elas poderão ser decisivas para o resultado do referendo "só para brancos".

O ANC, de Nelson Mandela, opõe-se à ideia de que ainda se continuem a fazer consultas numa base racial, mas também sabe que se provocar muita agitação isso irá provavelmente jogar a favor dos brancos mais radicais, que pretendem conquistar o poder, e que sempre têm alegado que os negros são "violentos e criminosos".

Por tudo isto, as próximas semanas vão ser verdadeiramente de alto risco para a África do Sul e para todos os que nela residem. Em causa encontram-se a estabilidade e a prosperidade que De Klerk prometera a todos os seus compatriotas. ■

JORNAL DO BRASIL - 23/2/92

Incerteza ronda a África do Sul pós-apartheid

A nova África do Sul, prometida há dois anos pelo presidente Frederik de Klerk, está ameaçada. A convocação de um referendo para que a minoria branca se manifeste sobre o rumo das reformas aumentou a incerteza quanto à transição pacífica a uma democracia que dê voto aos negros (70% da população) e proteja direitos de mestiços e indianos.

A herança de oito décadas de legislação segregacionista é um país dividido cultural, étnica e geograficamente. Entre os desafios do futuro está a superação de medos e diferenças enraizadas pelo apartheid. Uma tarefa que os brancos conservadores preferem evitar, sonhando em criar, armados se preciso, um Estado independente só para eles.

O GLOBO - 24/02/92

Klerk alerta para os riscos da derrota em plebiscito

JOHANNESBURGO — Depois de ter afirmado na quinta-feira que renunciará ao cargo se for derrotado no plebiscito sobre o fim do regime de segregação racial, o presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, disse ontem que uma vitória das teses racistas significará um desastre para o país.

— Haverá uma crise fortíssima. A maioria da população se oporá a um governo minoritário. E o isolamento internacional será ainda mais forte.

A data do plebiscito foi marcada ontem: 16 de março, com a participação só dos brancos.

PÚBLIC

TERÇA-FEIRA 18 FEVEREIRO 1992

Ciclista sul-africano atacado com tijolo

Um ciclista profissional sul-africano, Mark Strydom, foi ferido na cara, após ataque e agressão, quando treinava nos arredores de Joanesburgo. O ciclista, de 25 anos, recebeu 30 pontos no sobrolho e na face, após a agressão com um tijolo de cimento que lhe foi atirado por um indivíduo negro. "Aconteceu tudo de repente", diz o desportista. "Estava a pedalar normalmente e aquele homem surgiu-me na frente com um bloco de cimento na mão. Quando ele me atingiu eu não sabia o que fazer", prossegue e vítima. A vontade do agredido era "parar e bater-lhe". Mas teve o pressentimento de que, pelo contrário, tinha de continuar até porque, em contrário, "teria sido morto provavelmente". É que estavam 200 negros a assistir. Um outro ciclista já tinha sido atacado a tiro, e morto, na mesma zona. ■